



**Presidente**



**Carta Aberta à Nação Moçambicana:  
“Observação Eleitoral da União Europeia:  
O Único Caminho para a Transparência Eleitoral”**

Depois de algum tempo de acompanhamento e observação calma e prudente das divergências entre a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a União Europeia(EU) acerca dos moldes em que deverá ser efectuada a observação eleitoral em Moçambique, sinto a obrigação moral, cívica e de cidadania, acrescida pela confiança que tem sido depositada em mim por milhões de moçambicanas e moçambicanos que processo eleitoral após processo eleitoral que dão o seu voto, de me dirigir ao país, de forma clara e inequívoca para abordar uma das questões mais pertinentes com que nos deparamos na História recente de Moçambique.

Minhas Irmãs Moçambicanas,  
Meus Irmãos Moçambicanos,

Estamos a iniciar a campanha eleitoral que pretendemos serena e tranquila, com o simples e único objectivo de transmitir a mensagem que cada um de nós, candidatos à Presidência da República e a Deputados da Assembleia da República, entendamos que traduz as melhores políticas para servir o povo de Moçambique.

Este simples e claro processo seria aquilo que se desejaria de todos nós em condições de normalidade, confiança e serenidade, como é de regra em qualquer democracia madura e efectiva.

No entanto, a Frelimo, através da CNE, que se deveria pugnar pela isenção e transparência e tudo fazer para que o processo decorra de forma tranquila, vem lançar o descrédito e a desconfiança em todo este processo ao proibir, e repito proibir,

através de interpretações abusivas e oportunistas da lei, que exista uma observação real do processo eleitoral em Moçambique.

Com este tipo de comportamento, a CNE prova a sua não isenção, os seus compromissos com a Frelimo e que está ao serviço de um grupo de interesses previamente estabelecidos que têm que ser levados a cabo a todo o custo, nem que para isso se hipoteque o país e se vendam os interesses dos cidadãos.

A argumentação que se baseia na soberania nacional para impedir que os actos eleitorais sejam verdadeiramente justos de forma a que os resultados finais sejam acatados por todos de forma serena, não colhe.

Esta argumentação não colhe, porque não defende os reais interesses dos moçambicanos.

Hipotecar a soberania nacional é deixar que milhares de moçambicanos morram de fome todos os anos.

Hipotecar a soberania nacional é obstruir a justiça e permitir que o crime organizado ganhe terreno no nosso país.

Hipotecar a soberania nacional é passar atestados de incompetência e ignorância aos cidadãos moçambicanos.

Defender a soberania nacional é respeitar a vontade do povo.

Permitir que países maduros do ponto de vista democrático façam uma observação eleitoral real e efectiva não é mais do que defender o interesse nacional e colaborar para que os verdadeiros desígnios nacionais sejam alcançados.

Deveriam ser aqueles que sempre me acusaram de reclamar fraude sem razão, a insistirem perante a comunidade internacional para que viesse a Moçambique observar sem qualquer tipo de restrições o nosso processo eleitoral.

Mas não, ao contrário, afirmam que não há fraude, mas ninguém pode ver, ninguém pode aferir os procedimentos utilizados, ninguém pode aceder ao “tesouro” escondido.

Afirmam que há transparência, mas as portas que escondem os sistemas informáticos estão fechadas e só se abrem para os camaradas, para os donos do Estado.

Afirmam que há liberdade, mas alguns são muito mais livres que outros.

A observação eleitoral da União Europeia é um verdadeiro desígnio nacional, porque permitirá que Moçambique, para além de ser um exemplo internacional de paz, passe também a ser um exemplo mundial de democracia, afirmando ao mundo que em África é possível estabelecer sistemas democráticos reais e calando para sempre as vozes afro- pessimistas.

É obrigação de todos os moçambicanos, que amam verdadeiramente o seu país e querem ver um sistema democrático real instaurado no território nacional, de tudo fazerem para que a União Europeia observe sem restrições este processo eleitoral.

Mais, deveremos ser nós, que temos obrigações maiores no Estado moçambicano a solicitarmos e mesmo rogarmos à União Europeia no sentido de que aceite fazer um observação eleitoral sem limitações.

A inversão de valores que foi feita pela Frelimo, utilizando a CNE, põe em causa a construção do Estado de Direito, o fortalecimento das Instituições Públicas, a imagem internacional de Moçambique e o trabalho que todas as moçambicanas e todos os moçambicanos fizeram nos últimos 12 anos.

É inqualificável a posição da Frelimo em relação à observação da União Europeia no processo eleitoral moçambicano.

É inquestionável a pertinência desta observação, como único garante interno e internacional de veracidade e justiça no resultado final das eleições de 1 e 2 de Dezembro próximo.

Minha Irmãs,  
Meus Irmãos,

A observação eleitoral deverá ser totalmente livre e aberta a todos os locais onde se trate este processo.

O acesso aos programas e sistemas informáticos e à informatização dos dados é absolutamente indispensável como garante de transparência e justiça neste processo.

Quem objecta a esta realidade não está a fazer mais do que servir aqueles que têm medo da verdade; aqueles que, apegados aos seus benefícios de grupo, entendem este nosso Grandioso Moçambique como *machamba* privada.

Quem tem medo da observação eleitoral da União Europeia ?

Quem tem medo é quem rouba os votos dos moçambicanos há 10 anos.

Quem tem medo é quem é rico e opulento às custas da miséria de milhões de concidadãos.

Quem tem medo de uma observação sem restrições é quem enriquece às nossas custas, nós, que deveríamos ser livres, verdadeiramente independentes. prósperos como a nossa terra permite e felizes como merecemos!

A Renamo- União Eleitoral e eu próprio, na qualidade de candidato à Presidência da República pela coligação, queremos anunciar aqui, de forma clara e definitiva, que estas eleições têm de ser transparentes, verdadeiras, justas e, sobretudo, deverão respeitar a vontade dos cidadãos moçambicanos.

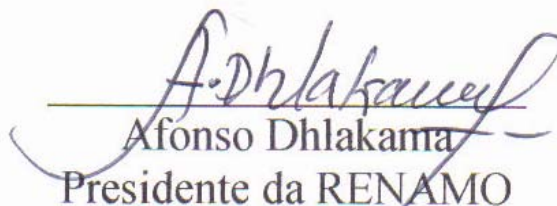
A única garantia de tal se vir a verificar é possibilitarmos que a União Europeia observe todo o processo eleitoral, da votação à contagem dos votos e publicação dos resultados finais, sem quaisquer restrições, por forma a colocarem a experiência das suas democracias reais e verdadeiramente actantes ao serviço da ainda jovem democracia nacional.

A União Europeia deverá ter as portas totalmente abertas para observar todo e qualquer passo do processo eleitoral.

Só assim estaremos a contribuir verdadeiramente para a unidade nacional, para a paz, para a consolidação do sistema democrático e para o desenvolvimento humano e económico de Moçambique.

É nossa obrigação, como actores maiores deste processo, demonstrarmos toda a boa vontade para recebermos dos nossos amigos os contributos necessários ao nosso crescimento e amadurecimento como Estado de Direito, verdadeiramente justo e solidário, onde os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos são efectivos e constatáveis em qualquer ponto do território nacional.

Por Moçambique e Para Moçambique,



Afonso Dhlakama  
Presidente da RENAMO

Maputo, 18 de Outubro de 2004